



**PAUTA
PARA A 167ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 05 DE NOVEMBRO DE 2013**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 48, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a extinção do Foro Distrital de Brás Cubas, da Comarca de Mogi das Cruzes.

2 - Projeto de lei Complementar nº 49, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 1.120, de 2010.

3 - Projeto de lei nº 788, de 2013, de autoria do deputado João Caraméz. Declara de utilidade pública a "Comunidade Missionária Coração Imaculado de Maria - Comunidade CIM", em Valparaíso.

4 - Projeto de lei nº 789, de 2013, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Amilcar Pereira Martins" à estrada da Barrinha - SP 216, que interliga os Municípios de São Lourenço da Serra e Embu-Guaçu.

5 - Projeto de lei nº 790, de 2013, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Associação Nascer de Novo", em Pirajuí.

6 - Projeto de lei nº 791, de 2013, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária e Filantrópica Cristã Ebenezer de Itaquaquecetuba", naquele Município.

7 - Projeto de lei nº 792, de 2013, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Casa do Renal Crônico", em Suzano.

8 - Projeto de lei nº 793, de 2013, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação de Apoio Para Deficientes Visuais de Suzano - AADVIS", em Suzano.

9 - Projeto de lei nº 794, de 2013, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação dos Amigos do Theatro Municipal de São João da Boa Vista", naquele Município.

10 - Projeto de lei nº 795, de 2013, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação Gusmão dos Santos - AGS", em Suzano.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 785, de 2013, de autoria do deputado Fernando Capez. Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas concessionárias de transporte intermunicipal de promover adaptações em seus veículos, a fim de facilitar o acesso e permanência de portadores de deficiência física e pessoas com dificuldades de locomoção temporária ou permanente.

2 - Projeto de lei nº 786, de 2013, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe a produção e a comercialização de "foie gras" no âmbito do Estado.

3 - Projeto de lei nº 787, de 2013, de autoria do deputado Roberto Moraes. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Teatral Guarantã", em Piracicaba.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 781, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Semana Estadual de Cultura Evangélica de Cananéia".

2 - Projeto de lei nº 782, de 2013, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dá a denominação de "Engenheiro Leonídio Francisco Ribeiro Filho" ao túnel localizado no km 50,5 da pista ascendente da Rodovia dos Imigrantes - SP 160, em Cubatão.

3 - Projeto de lei nº 783, de 2013, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Tambaú como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 784, de 2013, de autoria do deputado Afonso Lobato. Inclui no Calendário Turístico do Estado de São Paulo a Marcha da Fé, em Tambaú.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 778, de 2013, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública o "Clube Amigos dos Deficientes - CAD", em São José do Rio Preto.

2 - Projeto de lei nº 779, de 2013, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Olavo de Moraes Hungria" ao viaduto localizado no km 139,500 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Capela do Alto.

3 - Projeto de lei nº 780, de 2013, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe a utilização de animais em pesquisas científicas que lhes possam causar sofrimento físico ou psicológico.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 776, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Proíbe a cobrança de valor adicional por parte das prestadoras de serviço de TV por assinatura dos chamados pontos extras de acesso à programação.

2 - Projeto de lei nº 777, de 2013, de autoria do deputado Feliciano Filho. Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, e seus componentes, no Estado.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

2ª Sessão

Proposta de emenda nº 9, de 2013, à Constituição do Estado, de autoria da deputada Beth Sahão e outros. Altera a redação do item 8 do § 2º do artigo 165, a fim de incluir a isenção do ICMS para medicamentos e para a matéria-prima destinada a sua fabricação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 147, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Encenação Teatral Paixão de Cristo" em Ribeirão Pires.

2 - Projeto de lei nº 339, de 2013, de autoria do deputado Mauro Bragato. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Circuito Turístico Oeste Rios", na região de Presidente Prudente.

3 - Projeto de lei nº 531, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival do Pastel & Caldo de Cana", no Distrito de Bueno de Andrada, em Araraquara.

4 - Moção nº 66, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Apela para os Srs. Presidente do Senado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, bem como aos líderes dos partidos com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de lei n.º 4434, de 2008, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária, seja aprovado com a máxima brevidade possível.